

Edição Especial Seminário CNSP 2023

30 anos de luta pelos servidores públicos do Brasil.



Palavra do Presidente



Antonio Tuccilio, Presidente da CNSP.

Entre os dias 26 e 29 de outubro, aconteceu, na cidade de Serra Negra, o Seminário CNSP 2023, que teve como tema “30 anos de luta pelos servidores públicos do Brasil”. Além de comemorar o aniversário da Confederação, o evento contou com palestras, debates e muito trabalho em prol dos servidores públicos.

No primeiro dia do evento, Décio Bruno Lopes ministrou a palestra “Conjuntura e Perspectivas do Regime Previdenciário Brasileiro”, na qual discorreu sobre o passado e o futuro de nosso sistema previdenciário. Apontou como um dos mais importantes marcos da história a EC nº 41/2003, que instituiu a contribuição previdenciária aos servidores públicos inativos, medida essa que, há 20 anos, é alvo de repúdio por parte da CNSP.

Em seguida, o professor Chico Poli apresentou a palestra “Principais Problemas da Escola Pública Estadual e Educação Básica”, na qual apresentou o cenário catastrófico da educação brasileira: falta de professores e de infraestrutura adequada, desvalorização dos profissionais da educação, baixo desempenho dos alunos, redução do investimento público, aumento da evasão escolar, crescimento da violência nas escolas e falta de planejamento adequado.

Após as palestras, os convidados se debruçaram sobre as propostas apresentadas durante os trabalhos e, ao final, houve a concordância sobre o trabalho a ser desenvolvido pela CNSP em 2024, que inclui o repúdio à PEC 32/2020, o apoio à PEC 555/2006, a defesa intransigente da Previdência Pública, o esforço pela aceleração dos pagamentos de precatórios alimentares e pela instituição do Teto Remuneratório Único em todo o Brasil e a melhoria do sistema educacional brasileiro.

No último dia, houve a Reunião do Conselho de Representantes, quando aconteceu a eleição da nova diretoria para o triênio 2024-2026. Em seguida, na Reunião da Diretoria junto com as filiadas, foi aprovada a Carta de Serra Negra. Agradecemos a todos pela participação e esperamos vê-los ano que vem. Até lá!


Antonio Tuccilio
Presidente da CNSP

A essência da cultura brasileira no Seminário 2023



Para celebrar a rica tapeçaria cultural que molda nossa identidade nacional, foi escolhido o tema Brasilidades para o Seminário 2023, refletindo o compromisso da CNSP em valorizar o Brasil e os brasileiros. Através da decoração, do cardápio e das atrações artísticas, presentecemos os convidados com uma celebração da diversidade cultural brasileira, contemplando música, dança, culinária e referências visuais de todos os cantos do país.

O Brasil é uma nação de contrastes, onde as tradições indígenas, africanas e europeias se entrelaçam, criando uma sinfonia única de expressões culturais. Em 2023, O Seminário CNSP trouxe a proposta de desvendar as várias camadas dessa riqueza cultural, proporcionando uma compreensão mais profunda e abrangente do que significa ser brasileiro.

A escolha do tema Brasilidades para o Seminário que comemorou os 30 anos da CNSP representa um compromisso com a celebração e a preservação da diversidade de nosso país. Reconhecer a multiplicidade de vozes e experiências e valorizar as diversas manifestações culturais brasileiras são formas de fortalecer nossa união e contribuir para a construção de uma identidade nacional mais forte e refletir o compromisso da Confederação Nacional dos Servidores Públicos de representar os servidores de diferentes áreas de atuação e regiões do país.



Décio Lopes faz análise do cenário previdenciário brasileiro



Décio Bruno Lopes, em palestra no Seminário 2023

Décio Bruno Lopes, especialista em Direito Previdenciário, foi destaque no Seminário CNSP 2023 ao apresentar a impactante palestra intitulada “Conjuntura e Perspectivas do Regime Previdenciário Brasileiro”.

De maneira didática, traçou um panorama histórico da Previdência no Brasil, ressaltando marcos como a Constituição Federal de 1988, que introduziu conceitos inovadores, como a divisão de recursos com saúde e assistência social, e a instituição da contribuição dos servidores (Emenda Constitucional 03/93). Destacou a Emenda Constitucional nº 20/1998 como uma revolução nos regimes previdenciários, através do estabelecimento de novas regras para a concessão de aposentadorias; a EC nº 41/2003, sob a justificativa

de buscar equilíbrio financeiro e atuarial, introduziu a cobrança previdenciária a servidores inativos, enquanto a EC nº 103/2019 representou um novo paradigma, introduzindo alíquotas progressivas e definições mais detalhadas sobre benefícios.

Lopes abordou a conjuntura atual, apontando desafios como a desconstrução do sistema previdenciário, a ausência de fundos garantidores, a segregação de valores no orçamento, a equiparação de contribuições entre ativos e aposentados, e a fragilização dos órgãos fiscalizadores, resultando em desonerações, sonegação e corrupção. Diante desse cenário, enfatizou a necessidade de defesa da previdência pública como um direito social de todos os brasileiros e destacou a importância de

ações conjuntas das organizações, pressionando os poderes públicos por debates e regulamentações benéficas aos servidores. Por fim, Lopes ressaltou a importância da aprovação da PEC 555/2016 para o futuro do servidor público brasileiro.

Comprometidos com a causa previdenciária, os participantes do Seminário expressaram apoio incondicional à aprovação da PEC 555/2006, visando eliminar a cobrança de contribuição previdenciária a servidores públicos aposentados e concordaram que a CNSP deve comprometer-se com a defesa firme e intransigente da Previdência Pública, visando garantir os benefícios previdenciários aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos. Além disso, foi acordada a demanda de permitir a participação ativa dos trabalhadores e servidores na gestão da Previdência Pública, por meio do Conselho de Administração e de Fiscalização, objetivando prevenir desvios e cobranças previdenciárias indevidas e o fortalecimento da transparência do sistema. Por fim, posicionaram-se quanto à destinação dos recursos financeiros da previdência no Brasil, concordando que devem ser exclusivamente destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões.

É preciso zerar a fila de precatórios no Estado de São Paulo



Julio Bonafonte, em apresentação de proposta no Seminário 2023

No estado de São Paulo, a questão dos precatórios tem sido um desafio persistente, afetando milhares de credores, que aguardam anos para que as dívidas, há muito reconhecidas pelo Poder Público, sejam efetivamente quitadas. Diante da importância do tema, foi um dos escolhidos para debate durante o Seminário CNSP 2023, realizado entre os dias 26 e 29 de outubro. A seguir, apresentamos propostas que visam acelerar os pagamentos, a fim de evitar prejuízos aos credores.

Atualmente, a legislação paulista determina que dívidas de até 15 mil reais sejam quitadas em até 90 dias. No entanto, quando

o valor ultrapassa esse limite, a situação muda drasticamente, resultando na emissão de precatórios, os quais, infelizmente, não apresentam data definida para pagamento. Esse cenário levou a uma fila extensa, com atrasos chegando a assombrosos 12 anos. Infelizmente, muitos dos credores faleceram sem receber o dinheiro devido pelo estado.

Diante disso, a CNSP apresentou, durante o Seminário 2023, propostas que visam zerar a fila dos precatórios no estado. Em primeiro lugar, destacamos a urgência em aumentar o valor máximo das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), propondo a retificação da Lei 17.205/2019, que reduziu esse limite. A medida busca evitar que dívidas menores entrem na morosa fila dos precatórios, agilizando o pagamento. A segunda propos-

ta concentra-se na utilização de parte dos valores depositados judicialmente para quitação de precatórios. A ideia é mobilizar recursos já disponíveis no sistema judiciário, proporcionando uma fonte adicional para acelerar o pagamento das dívidas reconhecidas.

A CNSP continua sua luta pela celeridade no pagamento de precatórios, reconhecendo a urgência de reformas para evitar mais atrasos e prejuízos aos credores. Em um momento em que a eficiência e a justiça do sistema jurídico são mais importantes do que nunca, a CNSP reitera seu compromisso em lutar pelos cidadãos brasileiros. A sociedade aguarda ansiosamente por mudanças positivas, que possam trazer alívio àqueles que, há tempos, esperam por justiça.



Um chamado à implementação do Teto Remuneratório Único em todo o Brasil



Filemom Reis da Silva, em apresentação de proposta no Seminário 2023

Durante o Seminário CNSP 2023, um dos pontos centrais de debate foi a busca pela equidade salarial, expressa na defesa da instauração de um Teto Remuneratório Único para os servidores brasileiros.

Após deliberação entre os presentes, foi decidido que uma das metas de trabalho da Confederação para 2024 será o trabalho em prol da elaboração e apresentação de projetos junto aos Poderes Executivos visando a criação de um Teto Remuneratório Único em todas os estados da Federação, de acordo com o artigo 37, § 12 da Constituição Federal e em alinhamento com

as práticas já adotadas em 20 estados do país.

A mobilização da CNSP não se restringe apenas a discussões e deliberações, estendendo-se a ações concretas. Participando ativamente do Fórum de Entidades pela Fixação do Teto Remuneratório Único no Estado de São Paulo, a Confederação delineou estratégias que incluem a elaboração de documentos, solicitações de audiências e a definição do texto do Projeto de Emenda à Constituição Paulista, o qual poderá ser usado como modelo para atuação nos demais estados do país.

A discussão sobre a realidade salarial dos servidores não se resume a uma demanda específica de São Paulo, mas essa realidade serve como um exemplo concreto. Apesar de ser um dos estados mais ricos e produtivos do país, São Paulo não adotou a determinação constitucional de um teto salarial, provocando uma disparidade preocupante em relação aos demais estados. O argumento em prol da implementação do Teto ganha força ao analisarmos a relação entre os gastos com pessoal e a receita corrente líquida de São Paulo, já que o estado aloca uma porção relativamente menor de seus recursos para os salários dos servidores. Isso, em um momento em que a bus-

ca por eficiência nos serviços públicos é crucial, torna-se uma incoerência. E esta é uma realidade que se repete Brasil afora, resultando em servidores extremamente desvalorizados pela Administração Pública.

Não podemos ignorar a urgência de garantir uma força de trabalho motivada e bem-remunerada para assegurar a qualidade dos serviços públicos. É imperativo que todos os estados brasileiros, o Distrito Federal e os municípios implementem um Teto Remuneratório Único, de acordo com a realidade de cada local. Essa medida não é apenas uma questão de justiça, mas um investimento no futuro da Administração Pública e, por conseguinte, na sociedade como um todo.

A luta da CNSP por um Teto Remuneratório Único é uma demanda justa, que busca não apenas reconhecer o valor dos profissionais públicos, mas também promover uma administração mais eficiente e comprometida com o bem-estar da população. A batalha pela equidade salarial continua, e a CNSP permanece firme, convocando todas as esferas do Poder Público a se unirem a esse movimento em benefício de um serviço público mais justo e eficaz.

Chico Poli compartilha o cenário preocupante da Educação no Brasil

Na segunda palestra do Seminário CNSP 2023, o Professor Francisco Antonio Poli, Presidente da Udemo, trouxe à luz os “Principais Problemas da Escola Pública Estadual e Educação Básica”. Ele, que tem um extenso currículo no magistério e advocacia, apresentou um retrato nada otimista da educação básica no estado de São Paulo – realidade que se reflete em quase todo o Brasil.

O palestrante expôs a realidade desafiadora da educação básica no estado, contextualizando com números de escolas, alunos, professores e funcionários. Sem rodeios, afirmou que a situação é crítica, não como opinião pessoal, mas como constatação respaldada por estudos de especialistas. Detalhou a posição desfavorável da rede estadual paulista no Sistema de Avaliação da Educação Básica em 2021 e alertou sobre uma PEC que propõe a redução significativa de verbas para a Educação. Apontou a ausência de educadores nos órgãos de decisão da Secretaria de Educação, a falta de planejamento consistente e o diálogo deficiente entre a administração e as escolas como fatores determinantes do problema que enfrentamos.

Ainda destacou problemas cruciais em nossas escolas, tais como a escassez de professores, especialmente no Ensino



Professor Chico Poli, em palestra no Seminário 2023

Médio, e a falta de habilitação e qualificação dos profissionais; informou que cerca de 100 mil professores trabalham em situação precária, com infraestrutura inadequada, enfrentando questões de violência e insegurança, e baixos salários, além do desafio de conter o grande índice de evasão escolar devido à desmotivação.

O impacto desse cenário é evidenciado nos testes de avaliação, onde o Brasil ocupa a 39ª posição entre 41 países analisados, à frente apenas do México e da África do Sul. Para Poli, a questão não é apenas falta de recursos, mas investimentos mal direcionados. A solução? Segundo ele, é a luta constante por uma transformação prioritária na educação pública.

Após deliberação dos participantes durante a reunião de diretores e representantes, foi decidido que a realidade crítica da escola pública estadual e da educação básica exige um esforço concentrado por parte das entidades filiadas. Essa mobilização visa a divulgação intensiva dos desafios enfrentados, de modo a gerar perplexidade e instigar ação na população. Pretende-se, assim, fomentar um movimento de pressão junto aos governantes, destacando a urgência na recuperação de um sistema educacional transformador para os cidadãos brasileiros. Essa decisão reforça o compromisso coletivo de buscar soluções e promover mudanças significativas no cenário educacional brasileiro.

Programação Especial Feminina: inspiração e criatividade

O Seminário comemorativo dos 30 anos da CNSP foi enriquecido com uma programação especial, que valorizou a presença e o protagonismo das mulheres com uma programação criada especialmente para elas. Um dos pontos altos foi a palestra inspiradora intitulada “A Reinvenção da Vida”, proferida por Hosaná Dantas.

A palestra, que teve como ponto de partida um poema de Cecília Meireles, “Reinvenção”, trouxe à tona temas fundamentais para a jornada das mulheres no mundo contemporâneo. Foi uma oportunidade única de refletir sobre a importância de estar consciente do momento presente, abraçando valores como esperança, resiliência, positividade e determinação. Hosaná Dantas, um Educador com Especialização em Desenvolvimento Pessoal, compartilhou sua visão e ofereceu insights valiosos para o desenvolvimento pessoal e a construção do conhecimento.

Além da palestra inspiradora, o Seminário também proporcionou um “Momento Especial: Celebração da Criatividade e Estilo”. Este momento permitiu que as participantes mergulhassem na arte da customização de camisetas, criando peças únicas, que refletissem suas identidades e valores. A customização não foi apenas uma atividade criativa, mas também



Palestra “A Reinvenção da Vida”, por Hosaná Dantas.

uma expressão de união feminina, onde cada traço e detalhe das camisetas refletiam a energia contagiante das mulheres reunidas. E para dar um destino especial às criações, o evento culminou no almoço “Ritmos e Sabores do Nordeste”. Nesse dia memorável, as participantes vestiram com orgulho as camisetas personalizadas, irradiando a energia e a feminilidade que as uniam.

Foram dias repletos de alegria, sorrisos e conexões verdadeiras, onde memórias preciosas foram criadas, histórias compartilhadas e a maravilha de ser mulher foi celebrada em grande estilo. A Programação Feminina no Seminário CNSP 30 anos foi um tributo à resiliência e ao poder das mulheres, um momento de aprendizado e celebração que ficará gravado na memória de todas as participantes.



Momento Especial: Celebração da Criatividade e Estilo

Diretoria, Conselho e Vice-Presidentes Regionais - Triênio 2024-2026

Em seu último dia, o Seminário CNSP 2023 foi palco da Reunião do Conselho de Representantes, onde foram debatidos os focos de trabalho da Confederação para o ano de 2024, através da aprovação da Carta de Serra Negra. Também aconteceu a eleição da nova Diretoria e Conselho para o triênio 2024-2026 e indicação dos novos Vice-Presidentes Regionais. Damos as boas-vindas aos novos eleitos e desejamos uma excelente gestão a todos!

Confira a lista completa dos novos componentes:

Presidente

Antonio Tuccilio

1º Vice Presidente

Cel. Valdir Suzano

2º Vice Presidente

Amaro de Mello Vasconcellos

Assuntos Municipais

Rafael Rodrigues Aguirrezábal

Secretário Geral

Luiz Manoel Geraldes

1º Secretário

Mauro Rodrigues Pinto

2º Secretária

Marinalva Nunes de Sousa

Diretor Financeiro

Wagner Dalla Costa

Diretora Adjunto Finanças

Lizabete Machado Ballesteros

Diretor Jurídico

Júlio Bonafonte

Diretor de Imprensa e Divulgação

Gaspar Bissoloti Neto

Diretora Assuntos Parlamentares

Rita Amadio de Brito Andrade Ferraro

Diretor Assuntos Internacionais E Integração

Jose Carlos Cosenzo

Diretor De Assuntos Da Área Estadual

Edson Roberto de Almeida Torres

Diretora De Assuntos Federais

Lucieni Pereira da Silva

Conselho Fiscal

Gilmar Beluzzo Bolognani

Carlos Roberto Martins de Lima

Nivaldo Campos Camargo

Suplentes

Eduardo Pereira De Quadros Souza

João Batista Teixeira de Paula

Derly Ávilla Corrêa

Vice-Presidentes Regionais

1ª Região – RS e SC

Paulo Sebastião Gonçalves Olympio

2ª Região – PR e MS

João Carlos Milani Santos

3ª Região – SP

José Gozze

4ª Região – RJ e ES

José Eduardo Rangel

5ª Região – MT e RO

Manoel do Nascimento Verissimo

6ª Região – MG

Cel. Flammarion Ruiz

7ª Região – BA e SE

Edvaldo Luis da Costa Lins

8ª Região – AL, PE e PB

José Lúcio Passos da Silva

9ª Região – RN, CE e PI

Djalma Pires

10ª Região – MA, PA, AM, AC, RR e AP

Adherbal Silva Pompeo

11ª Região – GO, TO e DF

Fernanda Mendes Thomé

CARTA ABERTA DE SERRA NEGRA 2023

ENCONTRO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS-CNSP

As entidades associativas e federativas filiadas à **Confederação Nacional dos Servidores Públicos - CNSP**, reunidas na **Estância Hidromineral de Serra Negra**, interior do estado de São Paulo, entre **26 e 29 de outubro de 2023**, durante o seu **Encontro Nacional**, representando 800 mil servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas, após palestras e debates, deliberam e tornam público aos poderes constituídos, a todas as entidades da sociedade civil e à população brasileira, os compromissos de ratificar seu trabalho de 30 anos em prol do Servidor Público, por meio dos posicionamentos abaixo:

- 1) As entidades aqui presentes declaram-se **terminantemente contra a aprovação da PEC 32/2020**, visto que esta representa o desmonte da Administração Pública, prejudicando servidores e, principalmente, a sociedade brasileira;
- 2) As entidades aqui presentes declaram-se **a favor da aprovação da PEC 555/2006**, que busca eliminar a cobrança de contribuição previdenciária a servidores públicos aposentados;
- 3) Comprometem-se com a **defesa intransigente da Previdência Pública**: Regime Geral e Regimes Próprios, para garantia dos benefícios previdenciários aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos, de forma a promover o desenvolvimento econômico e social, sem prejuízo da previdência complementar fechada;
- 4) Concordam que **trabalhadores e servidores devem participar da gestão da Previdência Pública, através do Conselho de Administração e de Fiscalização**, a fim de evitar desvios e cobranças previdenciárias indevidas aos aposentados e pensionistas;
- 5) Também posiciona-se no sentido de que **os recursos financeiros da previdência no Brasil devam ter como destino somente o pagamento de aposentadorias e pensões**, ficando os recursos para a saúde e assistência social (SUS) advindos única e exclusivamente dos orçamentos do Ministério da Saúde e Assistência Social.
- 6) Definem que a realidade da escola pública estadual e educação básica reclama das entidades filiadas **esforço concentrado de divulgação**, de modo que os fatos venham causar na população perplexidade e ação, movimento de pressão junto aos governantes, no sentido da recuperação de um sistema transformador do cidadão brasileiro;
- 7) Apresentação, ao governo do Estado de São Paulo e demais governantes do país, de proposta que visa **acelerar o pagamento dos precatórios alimentares**, através das seguintes medidas:
 - a) **retificação da Lei 17.205/2019**, que alterou o valor máximo das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) de R\$ 38.894,98 para R\$ 15.081,76 (em valores de 2023) – medida que poderá servir de base para outras unidades da Federação, visando alterar suas respectivas legislações usando como modelo o projeto apresentado ao governo de São Paulo.;
 - b) consequentemente, **aumento do valor máximo das RPVs** para, no mínimo, valor igual ao pratica-

do no Município de São Paulo, qual seja, R\$ 27.693,08;

8) Apresentação de projeto, no Congresso Nacional, que altera a Lei Complementar 151/2015, objetivando a **utilização de recursos financeiros advindos de depósitos judiciais para pagamento dos precatórios alimentares em todo o Brasil**, obrigando o Banco do Brasil e os Presidentes dos Tribunais de Justiça a divulgarem os valores mensalmente, cumprindo os artigos 37, caput, e 100, § 7º, da Constituição Federal, para acompanhamento, pelos credores, do destino dos respectivos recursos;

9) Apresentação de projeto, junto aos Poderes Executivos, visando o **estabelecimento de um Teto Remuneratório Único aos servidores de todas as unidades da federação**, nos termos do que faculta o artigo 37, § 12 da Constituição Federal, e em conformidade com aquilo que já é praticado em 20 estados do país.

No mesmo sentido, atuará visando a apresentação de PEC junto ao Congresso Nacional para que se aplique aos Municípios os mesmos critérios conferidos aos servidores estaduais, sem prejuízo da convalidação das legislações municipais em vigor;

As propostas foram debatidas e aprovadas pelos membros representantes das entidades filiadas presentes ao Seminário 2023 e retratam o dever de atuação da CNSP, que também inclui, mas não se limita, à defesa da liberdade de expressão e da harmonia entre os Poderes, ao respeito ao sistema de freios e contrapesos e ao compromisso irrevogável com o Estado Democrático de Direito.

A Carta de Serra Negra deve e será transmitida a todos os governantes, de todos os níveis de poder e esferas federativas, para que dela se utilizem como diretriz.

Serra Negra – SP, em 10 de novembro de 2023.



Parabéns, filiadas!

A CNSP parabeniza suas filiadas por mais um ano de trabalho duro em favor dos direitos do servidor público:

Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal - FENALE

22 de setembro – 29 anos

Associação dos Escrivães de Polícia do Estado de São Paulo - AEPESP

05 de outubro - 62 anos

Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo - AOPM

17 de outubro - 92 anos

Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo - APAMPESP

18 de outubro - 29 anos

Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro - FASP-RJ

25 de outubro - 62 anos

Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP

05 de novembro - 92 anos

Associação dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro - ASPM-RJ

10 de novembro - 69 anos

O INFORMATIVO CNSP É O ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DIRETORIA: Antonio Tuccilio (Presidente), Amaro de Mello Vasconcellos (2º Vice-Presidente), Lucieni Pereira da Silva (Diretora de Assuntos da Área Federal), Rafael Rodrigues Aguirrezábal (Diretor de Assuntos Municipais), Luiz Manoel Geraldes (Secretário Geral), Mauro Rodrigues Pinto (1º Secretário), Wagner Dalla Costa (Diretor de Finanças), Lizabete Machado Ballesteros (Diretora Adjunta de Finanças), Julio Bonafonte (Diretor Jurídico), Gaspar Bissolotti Neto (Diretor de Imprensa e Divulgação), Rita Amadio de Brito Andrade Ferraro (Diretora de Assuntos Parlamentares), Valdir Suzano (Diretor de Assuntos Internacionais e Integração) e João Carlos Milani Santos (Diretor de Assuntos da Área Estadual). VICE-PRESIDENTES REGIONAIS: Paulo Sebastião Gonçalves Olympio (Vice-Presidente da 1ª Região - Rio Grande do Sul e Santa Catarina), Álvaro Miguel Rychuv (Vice-Presidente 2ª Região - Paraná e Mato Grosso do Sul), José Gozze (Vice-Presidente da 3ª região - São Paulo), Derly Ávilla Corrêa (Vice-Presidente da 4ª região - Rio de Janeiro e Espírito Santo), Manoel Do Nascimento (Vice-Presidente 5ª Região - Mato Grosso e Rondônia), José Carlos Cosenzo (Vice-Presidente da 6ª Região - Minas Gerais), Carlos Kauark Kruschewshy (Vice-Presidente 7ª Região - Bahia e Sergipe), Djalma Pires (Vice-Presidente da 9ª Região - Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí), Adherbal Silva Pompeo (Vice-Presidente da 10ª Região - Maranhão, Pará, Amazonas, Acre, Roraima e Amapá), João Batista Teixeira (Vice-Presidente 11ª Região - Goiás, Tocantins e Distrito Federal). CONSELHO FISCAL: Gilmar Belluzzo Bolognani, Carlos Roberto Martins de Lima e Nivaldo Campos Camargo. SUPLENTE: Eduardo Pereira Quadros Souza. PRESIDENTES EMÉRITOS: Wilson Ribeiro e Brasil Paraná de Cristo (in memoriam).

COORDENAÇÃO GERAL: Antonio Tuccilio. REDAÇÃO E EDIÇÃO: Marcela Caseiro. PROJETO GRÁFICO E DESIGN: Carolina Oliveira e Henrique Huluany. TIRAGEM: 500 exemplares. CNSP: www.cnsp.org.br | cnsp@cnsp.org.br | (11) 3105-7940. Rua Bittencourt Rodrigues, 88 - 6ª andar - São Paulo/SP - CEP 01017-010.